

## **ABERTURA DA REUNIÃO**

Aos seis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, na Vila de Nisa e Salão Nobre dos Paços do Concelho, compareceram a Presidente da Câmara Municipal deste Concelho, Eng<sup>a</sup> Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e os Vereadores, Dr<sup>a</sup> Maria Idalina Alves Trindade, Dr<sup>a</sup> Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Dr. Manuel António Rosmaninho Bichardo e Eng<sup>o</sup> Francisco Batista de Sena Cardoso, a fim de se proceder à realização da Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa, relativa ao corrente mês de Janeiro.

Não se verificou a falta de nenhum eleito.

E, como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi a mesma declarada aberta pela Presidente da Câmara Municipal de Nisa e da referida reunião, Eng<sup>a</sup> Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto, quando eram onze horas, para cumprimento do que dispõe a alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Compareceram, ainda, a esta Reunião, os trabalhadores municipais a seguir indicados, a fim de prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na Ordem de Trabalhos e que digam directamente respeito ao serviço a que cada um está afecto:

- Dr<sup>a</sup> Lubélia Ferreira (Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Administração), Dr<sup>a</sup> Graça Sales (Chefe da Divisão Financeira) e Graça Moura (Responsável pela Secção de Contabilidade), Dr<sup>a</sup> Ermelinda Martins (Responsável pelo Gabinete de Planeamento) e Eng<sup>o</sup> António Charneco (Chefe da Divisão de Obras, Equipamentos e Manutenção).

A Presidente da Reunião perguntou se havia algum processo para incluir na Ordem de Trabalhos, estabelecida conforme determina a alínea o) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e se a mesma era aceite pelo Executivo, o que veio a verificar-se por unanimidade, sendo que nenhum serviço ou eleito solicitou o agendamento de qualquer processo.

Na presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa e relativamente ao seu funcionamento, verificaram-se as seguintes situações:

- No dia 6 de Janeiro de 2010, foi interrompida para almoço quando eram 12H55 e retomados os trabalhos às 14H45, tendo sido suspensa, com a concordância de todos os eleitos às 21H30, por analogia com o estabelecido em matéria de suspensão de reuniões, relativamente à Assembleia Municipal, ficando decidido que os trabalhos seriam retomados no dia 12 do mesmo mês de Janeiro, às 09H30;

- No dia 12 de Janeiro de 2010 recomeçou às 10H15, foi interrompida para almoço às 13H25 e recomeçou às 15H00, tendo-se prolongado os trabalhos até às 21H15.

### **Ponto Nº 1. Período de antes da Ordem do Dia.**

#### **Assuntos para conhecimento:**

Não foi disponibilizada, para que o executivo da mesma tivesse conhecimento, qualquer documentação.

#### **Informações do Eleitos**

Não se verificou nenhuma intervenção dos eleitos presentes a esta Reunião.

### **Ponto Nº 2 – DF – Deliberação Nº 1/2010**

#### **Resumo Diário de Tesouraria.**

Aprovar, por unanimidade e nos termos da documentação que foi disponibilizada pela Divisão Financeira/Secção de Contabilidade e que via ficar arquivada em pasta anexa à presente Acta, a situação relativa ao Resumo Diário de Tesouraria Nº 1, correspondente ao dia 4 de Janeiro de 2010 e em que os respectivos numerários são os a que a seguir se faz referência:

- Operações orçamentais: 95.930,61€ (noventa e cinco mil, novecentos e trinta euros e sessenta e um cêntimos)

- Operações não orçamentais: 242.684,17€ (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e dezassete cêntimos)

### **Ponto Nº 3 – DRHA – Deliberação Nº 2/2010**

#### **Mapas de Pessoal do Município de Nisa para o Ano de 2010.**

Relativamente ao assunto em referência, a Presidente da Câmara solicitou à Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Administração, Dr<sup>a</sup> Lubélia, que apresentasse o processo em análise, sendo que a mesma, de posse da Informação/Proposta Nº 23/09, datada do dia 9 de Dezembro de 2009, do referido serviço, prestou os esclarecimentos julgados necessários e indispensáveis para uma melhor compreensão do assunto.

A Presidente da Câmara informou que no âmbito do assunto em análise se pretende, unicamente, falar em termos de mapa de pessoal e não de nomes ou pessoas e muito menos em tentativas de criar “empregos” prometidos durante a campanha eleitoral, como já foi referido previamente por vereadores da oposição, nomeadamente através de intervenções proferidas na última sessão da Assembleia Municipal de Nisa, onde se insinuou que os lugares seriam para “pagar promessas eleitorais” a trabalhadores que faziam parte das listas da CDU.

A Vereadora Idalina Trindade referiu que por opção gestionária da Presidente da Câmara, esta poderia ter procedido a alterações do Mapa de Pessoal do Ano de 2009, nos mesmos moldes em que o está a propor para 2010 e que se não o fez, por alguma razão terá sido, referindo que na campanha eleitoral não prometeu emprego a ninguém na câmara, nem prometeu ao Sr. Bento Semedo que seria promovido depois das eleições, apesar de ser seu artilheiro e merecedor do seu elogio, por ter sido o melhor aluno do seu curso. Referiu, ainda, que o relatório do Revisor Oficial de Contas, do 1º semestre de 2009, a fls. 16, diz que 36% das despesas pagas pela Câmara Municipal de Nisa, naquela altura, correspondem a despesas com pessoal e que estão acima da média da maioria das autarquias do país.

A Presidente da Câmara disse que se trata, antes de mais, de um caso de justiça, tendo em atenção o prestimoso trabalho que tem sido desenvolvido há já alguns anos pelo Sr. Bento Semedo e trata-se de uma situação que, em termos monetários, pouquíssimo altera o orçamento do município. Disse que os trabalhadores são todos tratados de igual modo e que, no seio da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, a funcionária que mais afeita é a Dr<sup>a</sup> Rosa Samarra e que até é do partido da Vereadora Idalina.

Neste momento e face às afirmações proferidas pela Vereadora Idalina Trindade, a Presidente da Câmara considerou-as ofensivas para os trabalhadores nas mesmas visados e ausentou-se da reunião, apelidando a mesma eleita de “chauvinista” e “fascista”, situação que a vereadora fez questão que ficasse registada em acta, bem como o modo intempestivo como a presidente saiu da sala.

Após o regresso da Presidente da Câmara aos trabalhos da reunião, a Vereadora Fernanda Policarpo e por não concordar com a proposta apresentada pela Presidente da Câmara, apresentou, verbalmente, a proposta por si subscrita, cujo conteúdo a seguir se transcreve:

*“Na sequência de reuniões do executivo, imediatamente anteriores à presente data, e tendo presente as disponibilidades financeiras previstas para o Orçamento de 2010, proponho as seguintes acções no que concerne ao MAPA DE PESSOAL:*

*1 - Desenvolver procedimento concursal, para admissão por tempo determinado, para 5 Assistentes Operacional - Sapadores Florestal nos termos do protocolo celebrado entre o Município de Nisa, o IFAP e a AFN.*

2 - Desenvolver procedimento concursal, para admissão por tempo determinado, para 2 Assistentes Operacional - Nadadores Salvador, a vigorar durante dois meses no período de verão.

3 - Desenvolver procedimento concursal, para admissão por tempo indeterminado e para as unidades orgânicas que manifestaram essa necessidade e tendo presente os respectivo universos:

- 1 Motorista de transportes colectivos;
- 1 Motorista de pesados;
- 1 Cantoneiro.

4 - Desenvolver procedimento concursal, para admissão por tempo indeterminado e com a categoria de Assistente Operacional – Para a função de Auxiliar de Acção Educativa, para 7 dos postos de trabalho pretendidos pela área de actividade.

5 - Desenvolver procedimento concursal, para admissão por tempo indeterminado e na perspectiva de salvaguardar o normal funcionamento das respectivas áreas de serviço:

- 3 Assistentes Técnicos, para actividade administrativa;
- 2 Assistentes Operacionais - Auxiliar Administrativos

6 - Não renovar o contrato de mobilidade inter-serviços municipal com a Técnica Superior, Dra. Anabela Maria de Oliveira Fernandes, por não estar devidamente comprovada e fundamentada a necessidade da sua colaboração na área onde está integrada (Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural).

7 - Não autorizar a mobilidade inter-carreiras de Bento José Sabino Semedo, de Assistente Técnico na área de Informação e Documentação - Biblioteca, para Técnico Superior da mesma área, na medida em que, por um lado não está devidamente comprovada a necessidade de tal posto de trabalho e, por outro, não parece legítimo promoções desta natureza só pelo facto de ter obtido formação académica (Licenciatura) na actividade onde se insere.

8 - Admitir a abertura de procedimento concursal, para admissão por tempo indeterminado, com a categoria de Técnico Superior e eventualmente a incluir apenas no Mapa de Pessoal/2011, para a área de Informação e Documentação se a respectiva Unidade Orgânica fundamentar inequivocamente a sua necessidade. Esta resolução de carácter excepcional deverá ser indicativa de procedimentos futuros, uma vez que a obtenção de níveis superiores de qualificação académica não vinculam o Município a assumir, perante os seus funcionários, a mobilidade automática para outras funções ou carreiras, salvo quaisquer disposições legais específicas”.

Nestes termos, tendo em conta as intervenções antes descritas e as informações prestadas pelos serviços respectivos, a Câmara Municipal de Nisa reunida, decidiu o seguinte:

1. Não aprovar, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, os Mapas de Pessoal do Município de Nisa para o Ano de 2010, apresentado pela Presidente da Câmara e que era o constante da Informação/Proposta Nº 23/09, datada do dia 9 de Dezembro de 2009, da Divisão de Recursos Humanos e Administração, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Acta;

2. Aprovar, por maioria, com os três votos favoráveis dos eleitos do P.S. e P.S.D., um voto contra do Vereador da C.D.U. e a abstenção da Presidente da Câmara, os Mapas de Pessoal do Município de Nisa para o Ano de 2010, conforme proposta verbal da oposição, apresentada pela Vereadora Fernanda Policarpo e antes transcrita, incluindo, desde logo, todos os trabalhadores que exercem funções públicas com contrato por tempo indeterminado e com contrato por tempo determinado que transitam para 2010, as situações de mobilidade existentes e até ao seu término, a saber, um Técnico Superior até 28 de

Fevereiro de 2010 e um Professor do 1º Ciclo até 31 de Agosto de 2010, afectos à Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural;

2.1. Não prever quaisquer situações de mobilidade a iniciar em 2010;

2.2. Prever os seguintes postos de trabalho, em número de 10 (dez), com contrato por tempo determinado:

- No Gabinete de Protecção Civil: 5 Assistentes Operacionais (Sapadores Florestais);
- Na Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural
  - . Gabinete de Educação: 3 Professores de Inglês (para actividades extra-curriculares
  - . Gabinete de Desporto: 2 Assistentes Operacionais (nadadores-salvadores)

2.3. Prever os seguintes postos de trabalho, em número de 17 (dezasete), com contrato por tempo indeterminado:

- No Departamento Técnico/Divisão de Projectos e Urbanismo-Sector de Projectos, considerando a eventual cessação de mobilidade na categoria de um Assistente Técnico na Câmara Municipal de Alter do Chão: 1 Assistente Técnico;
- No Departamento Técnico / Divisão de Obras, Equipamentos e Manutenção:
  - . Sector de Obras Municipais: 1 Assistente Operacional (cantoneiro);
  - . Sector de Equipamentos Mecânicos e Manutenção: 2 Assistentes Operacionais (um motorista de transportes colectivos e um motorista de pesados);
- No Departamento de Planeamento e Gestão Municipal:
  - . Sector de Relações Públicas e Informação: 1 Assistente Técnico;
  - . Divisão Financeira/Secção de Aquisições e Património: 1 Assistente Técnico;
- Na Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural:
  - . Gabinete de Educação: 7 Assistentes Operacionais (Auxiliares de Acção Educativa);
  - . Gabinete de Cultura: 1 Técnico Superior (Licenciatura em Informação e Documentação, para despoletar procedimento concursal em Outubro de 2010); 2 Assistentes Operacionais (1 para o Cine-Teatro e 1 para a Biblioteca);
  - . Agrupamento de Escolas de Nisa: 1 Assistente Técnico;

3. Nos termos do disposto no nº 2 do artº 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro:

3.1. Aprovar o montante de 85.924,75€ e não a verba de 80.204,00€, por forma a que os trabalhadores assistentes operacionais comecem a vencer, desde o ingresso, pelo valor acima da tabela inicial, que constava da proposta do mapa de pessoal e uma vez que existiam as duas propostas e previstas em orçamento, como encargo no Orçamento do Município de Nisa para o Ano de 2010, para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Nisa para o Ano de 2010, conforme conteúdo da alínea a) do nº 2 daquele artigo;

3.2. Não prever encargos com alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária e com a atribuição de prémios de desempenho, previstos nas alíneas b) e c) do nº 2 do já referido artº 5º daquele diploma legal.

A Presidente da Câmara apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:

*“Abstenho-me, pois considero que, no geral, a proposta apresentada pela Vereadora Fernanda Policarpo é mais abrangente do que a proposta inicialmente apresentada pelo vereadores do Partido Socialista, que não contemplava nenhum contrato por tempo indeterminado para os lugares de 5 ou mais anos de contrato a termo, nem os auxiliares de acção educativa, no que diz respeito à situação contratual dos funcionários que terminam contrato em 2011, considero positivo o facto de estar previsto a abertura de concurso no ano seguinte, tendo a proposta apresentada à Câmara Municipal esta situação sido prevista e nestes termos cumprir o disposto no nº 4 do artº 14º da Lei nº 59/2008, pelo que deveriam ser cumpridos estes requisitos. Relativamente à abertura de concurso para Técnico Superior*

*de Informação e Documentação, penso que a proposta apresentada verbalmente pela Vereadora Fernanda Policarpo e posteriormente aceite pelos Senhores Vereadores Idalina Trindade e Francisco Cardoso, possibilita a existência deste lugar, embora a proposta inicialmente apresentada, tivesse como objectivo a possibilidade de “protecção”, em termos concursais, do funcionário em causa e o acesso merecido do mesmo à categoria de técnico superior, tal como aconteceu ao longo dos últimos anos com outros funcionários do município. Relativamente à situação de mobilidade da Drª Anabela Fernandes, penso que a mesmo não será impeditiva que, face aos concursos que irão decorrer no município, a mesma possa concorrer, de acordo com as aptidões profissionais e realço o trabalho desenvolvido pela funcionária em causa ao longo de todo este tempo em que esteve ao serviço do Município de Nisa. Proponho, ainda, que seja avaliada a situação do mapa de pessoal, atendendo à folga, em termos orçamentais, que permite o reforço de áreas ao nível dos serviços operacionais. Não posso deixar de lamentar o facto de afirmações feitas pela Srª Vereadora Idalina Trindade, que põem em causa pessoas e nomes de funcionários desta casa, em função da sua participação política, nomeadamente no que diz respeito ao Dr. Bento Semedo, em que manifestou, expressamente, motivos políticos. Face a esta situação, solicito a abertura de procedimento, para que seja efectuado processo de averiguações a todos os processos de contratação de funcionários da Câmara Municipal de Nisa, que seja informada a Comissão Paritária da autarquia e o respectivo sindicato (STAL). Os trabalhadores da Câmara Municipal de Nisa deverão ser informados que não foi aprovada, pela oposição, a alteração da posição remuneratória por opção gestionária”.*

A Vereadora Idalina Trindade apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:

*“Tendo em conta que a Senhora Presidente da Câmara acabou de apelidar a proposta apresentada pela Srª Vereadora Fernanda Policarpo, como não sendo uma proposta conjunta dos vereadores da oposição, esclarece-se que se tratou de proposta conciliadora, encontrada após discussão exaustiva do assunto. Quanto à lamentação formulada pela Srª Presidente, refere a Vereadora Idalina que não fez promessas laborais a ninguém, em período de campanha eleitoral, quanto à garantia da continuidade de emprego ou de progressão, em função da obtenção de formação superior, pelo que, relativamente à situação do Sr. Bento Semedo, é muito mais transparente a abertura de concurso e a previsão no mapa de pessoal do posto de trabalho para contrato por tempo indeterminado de técnico para a área de Informação e Documentação. A Senhora Vereadora Fernanda corroborou o antes declarado”.*

#### **Ponto Nº 4 – DF – Deliberação Nº 3/2010**

#### **Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2010.**

A Presidente da Câmara começou por proceder à apresentação do processo em análise, solicitando à Drª Graça Sales, na qualidade de Chefe da Divisão Financeira que informasse o executivo a razão pela qual o mesmo foi presente a reunião e quais os objectivos que levaram à sua elaboração.

A Chefe da Divisão Financeira iniciou a sua intervenção, começando por prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente às Acções Mais Relevantes.

O Vereador Francisco Cardoso referiu que a documentação que é disponibilizada aos eleitos deveria ter sido alvo de um trabalho de análise mais aprofundado por parte dos mesmos, além de que todos os dias estão a chegar documentos novos, sempre diferentes e uns a contradizer os outros, pelo que não se percebe nada do que se está a analisar.

O Vereador Manuel Bichardo pensa que se os vereadores e conforme foi referido, não estão melhor documentados, deveriam ter aceite o “convite” da Presidente da Câmara para estarem presentes numa reunião de trabalho que foi convocada para o efeito.

O Vereador Francisco Cardoso lembrou ao Vereador Manuel Bichardo que ele é o único que está a tempo inteiro e que, além disto, não é seu patrão para lhe dizer o que deve ou não fazer, referindo que “aqui trabalha-se muito mas é com a língua”.

Face ao teor da intervenção do Vereador Francisco Cardoso, a Presidente da Câmara disse-lhe que não admitia que ele voltasse a dizer palavras como as que proferiu.

A Vereadora Idalina Trindade referiu que a Santa Casa da Misericórdia de Arez precisava urgentemente de ajuda financeira da Câmara Municipal de Nisa, para a construção de um lar, porque o centro de dia existente não reúne condições, devido à existência de estradas estreitas e íngremes que impedem alguns idosos de aceder ao primeiro andar e os atrasos do início da construção do lar de Arez se deveu, em grande parte, a um erro do Gabinete de Projectos da Câmara Municipal de Nisa, que projectava parte do edifício em zona onde não se pode construir e que, como já tinha existido uma forte ajuda financeira ao Centro Social de Tolosa, através de transferência de verbas em 2009, no valor de 50.000,00€, a câmara, em 2010, deveria ajudar Arez e os seus idosos. Relativamente ao Centro Social de Tolosa, afirmou que um anterior presidente da junta de freguesia daquela vila já tinha procedido à compra dos terrenos para a referida instituição, não sabendo qual a razão que agora aparece uma verba para um acto que, parece, já há muito que está consumado. Disse que não se deve brincar com os dinheiros públicos para se tirar dividendos políticos.

A Presidente da Câmara informou que o projecto do Lar da 3ª Idade de Arez, não foi elaborado pelo Gabinete de Projectos da Câmara Municipal de Nisa.

O Vereador Francisco Cardoso referiu que parece haver aqui e em relação a esta matéria, uma dualidade de critérios, tendo em conta o que se passa com o Centro de Dia de Arez, pertencente à Santa Casa da Misericórdia da mesma localidade e que não tem condições mínimas para que idosos por ali possam circular, referindo que tinha lá entrado aquando da campanha eleitoral e que ficou impressionado, pela negativa, com o que viu, pois desconhecia as condições daquele espaço.

A Presidente da Câmara explicou o que se tem passado com a construção do novo Centro de Dia de Arez e as dificuldades a ele subjacentes e que se têm sentido com a elaboração do respectivo projecto referindo, no entanto, que este, de momento, já se encontra praticamente concluído mas como não se sabe ainda qual vai ser o valor que se irá atribuir aos trabalhos de construção, não foi possível inscrever-se qualquer verba a “A definir”, propondo que, se assim o entenderem, que se acrescente a rubrica “Apoio e construção do Centro de Dia de Arez”.

A Vereadora Fernanda Policarpo referiu-se a uma verba de 75.000,00€ para o Centro Social de Tolosa, contemplada e aprovada por deliberação camarária, dos quais 50.000,00€ já foram pagos e 25.000,00€ ainda não.

A Vereadora Idalina Trindade disse que não estava aqui para fazer favorecimentos políticos a ninguém.

Relativamente a verbas já atribuídas a associações e instituições e tendo em conta a intenção já aqui manifestada pela Vereadora Idalina Trindade de, eventualmente, poderem não vir a ser disponibilizadas, a Presidente da Câmara lembra que as mesmas foram alvo de deliberação, pelo que terão que ser cumpridas, tendo a referida vereadora dito que qualquer eleito pode, a qualquer momento e justificativamente e desde que com a concordância da maioria, apresentar propostas para inclusão na Ordem de Trabalhos, para revogar determinadas deliberações, tendo a Presidente da Câmara referido que assim era, desde que as propostas fossem devidamente fundamentadas.

Relativamente às dúvidas levantadas quanto à atribuição de verbas para a Santa Casa da Misericórdia de Arez e Centro Social de Tolosa, a Presidente da Câmara disse que

iria, de imediato, contactar os respectivos Provedor e Presidente da Direcção das ditas instituições, a fim de que os mesmos prestassem as informações que os vereadores tivessem por convenientes.

A Vereadora Idalina Trindade declarou que não carecia de qualquer informação de quem dirige a Misericórdia de Arez e o Centro Social de Tolosa para poder formular o seu sentido de voto, posição esta corroborada pelo Vereador Francisco Cardoso que, por sua vez, referiu que conhece bem as duas realidades apontadas, por as ter visitado durante a campanha eleitoral. Disse, ainda, que o valor proposto de 7.470,00€ para atribuir à Sociedade Musical Nisense, é manifestamente irrisório e deveria ser aumentado para 50.000,00€, para ajudar no arranque das obras de construção da sede da associação, uma vez que o respectivo projecto já se encontra aprovado, referindo que isto contradiz o que a Presidente da Câmara afirma, quando esta diz que não manda cabimentar verbas sem saber o valor das obras. Lembrou, também que, curiosamente, a Sociedade Musical Nisense só viu o projecto de construção da sua sede aprovado, na véspera de uma reunião realizada com a candidatura do Partido Socialista, no período de pré-campanha eleitoral, sendo que, além do mais, esta verba de 7.470,00€ já anda nos orçamentos há muito tempo e nunca foi transferida.

Relativamente a este assunto, a Presidente da Câmara informou que o dinheiro foi todo para o projecto que ainda não estava concluído, embora tivesse ficado assente entre a Câmara e a Sociedade Musical Nisense, através do Presidente da Direcção, que a verba só seria disponibilizada após a conclusão do referido projecto, informando que o mesmo foi alvo de diversas alterações que demoraram muito tempo, uma vez que houve necessidade de intervenção do arquitecto autor da urbanização do local, por causa dos índices de ocupação e porque estavam em causa direitos de autor. Informou que também já falou com o Sr. Governador Civil do Distrito de Portalegre, no sentido de se proceder à elaboração de um contrato-programa para efeitos de obtenção de verbas.

A Vereadora Fernanda Policarpo referiu-se a uma situação que, disse, a deixava chocada e que tem a ver com uma verba no valor de 7.470,00€ para com a Sociedade Musical Nisense, existente desde 2005, como compromisso assumido e que ainda não foi cumprido.

Quanto ao cemitério de Alpalhão, a Vereadora Idalina Trindade referiu que é necessário inserir no orçamento, uma verba que não está lá proposta, para assegurar, em 2010, a obra de alargamento, sob pena de se tornar uma vergonha vir a falecer alguém e não haver terreno disponível para as exéquias fúnebres.

Neste contexto, a Presidente da Câmara solicitou a intervenção do seu adjunto, Sr. Carlos Parreira, para explicar ao executivo o que se passa com o mesmo, sendo que este prestou algumas informações sobre o assunto.

A Vereadora Idalina Trindade e sobre esta matéria, referiu que se notava uma perfeita sintonia entre a Presidente da Câmara, o seu Adjunto e os Serviços, só que e no final, o que se verifica, é que a obra em causa não aparece referida na proposta de plano para 2010.

A Presidente da Câmara referiu que sempre foi sua política tratar todos os presidentes de juntas de freguesia por igual, informando que o “desaguisado” entre si e o Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo, ao tempo eleito pela sua lista, foi por este ter pensado que tinha beneficiado mais uma junta que até era do Partido Socialista, no caso, a de Arez, com a atribuição de mais subsídios.

A Vereadora Fernanda Policarpo perguntou se havia alguma verba destinada a trabalhos de melhorias na Escola EB1 do Convento, em Nisa, lembrando que o recreio da mesma, em dias de chuva, torna-se numa situação insustentável, devido à falta de cobertura e por o piso não ser o melhor. Referiu-se, também, à situação do Mercado Municipal de Nisa

que não se encontra nas melhores condições de utilização, achando que é uma situação que tem que ser resolvida com urgência.

A Presidente da Câmara, referindo-se ao problema da Escola EB1, informou que, aquando da realização das últimas obras de melhoramento e ampliação, era intenção da Câmara proceder a trabalhos de cobertura do pátio, só que o Ministério não deu o seu aval, dizendo que não autorizava o aumento da área coberta existente mas, mesmo assim, irão ser realizados os trabalhos necessários à melhoria das condições. Quanto ao Mercado Municipal, também acha que é necessária uma intervenção urgente naquela estrutura, já foi feito um estudo sobre o assunto e chegou-se à conclusão que os trabalhos podem ser efectuados e por administração directa.

Depois das intervenções anteriormente transcritas, passou-se à análise do Plano Plurianual de Investimentos e o Vereador Francisco Cardoso acha demasiado alta a verba apresentada para aquisição de equipamento informático, comparativamente com o que se faz em empresas muito maiores que a Câmara Municipal de Nisa.

A Vereadora Idalina Trindade disse que estava preocupada com a falta de equipamento para o refeitório municipal o que, a acontecer, irá manter inoperacional aquela infra-estrutura, com todos os inconvenientes que daí possam advir, nomeadamente para os trabalhadores do município e para as crianças das escolas.

Assim, após as intervenções anteriormente transcritas e nos termos da proposta verbalmente apresentada pela Presidente da Câmara, corroborada pelo restante executivo, a Câmara reunida delibera, por unanimidade, que este processo seja retirado da Ordem de Trabalhos da presente Reunião, de modo que possa ser disponibilizada, por parte da autarquia, de alguma documentação julgada necessária para uma boa e conclusiva análise do processo em apreço, nomeadamente o fornecimento de informação detalhada e neste caso está-se a falar em cópias de deliberações e de propostas relativas a transferências de verbas para a A.D.N.-Associação de Desenvolvimento de Nisa, para o Centro Social de Tolosa, para a Sociedade Musical Nisense e para a Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão, mais concretamente no que diz respeito ao funcionamento da creche.

#### **Ponto Nº 5 – DF – Deliberação Nº 4/2010**

#### **Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2010.**

Relativamente ao assunto referido em epígrafe e nos termos da proposta verbalmente apresentada pela Presidente da Edilidade, corroborada pelo restante executivo, a Câmara reunida delibera, por unanimidade, que o processo referente ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2010, seja retirado da Ordem de Trabalhos da presente Reunião, de modo que possa ser disponibilizada, por parte da autarquia, diversa documentação julgada necessária para uma boa e conclusiva análise do processo em apreço, nomeadamente o fornecimento de informação detalhada e neste caso está-se a falar em cópias de deliberações e de propostas relativas a transferências de verbas para a A.D.N.-Associação de Desenvolvimento de Nisa, para o Centro Social de Tolosa, para a Sociedade Musical Nisense e para a Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão, mais concretamente no que diz respeito ao funcionamento da creche, tendo em conta que o Ponto 4 da presente Ordem de Trabalhos (Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2010) também foi alvo de retirada da Ordem de Trabalhos desta Reunião e porque um assunto reflecte o outro.

#### **Ponto Nº 6 – DF – Deliberação Nº 5/2010**

#### **21ª Alteração às Grandes Opções do Plano do Município de Nisa do Ano de 2009 – Ratificação.**

A Presidente da Câmara solicitou à Chefe da Divisão Financeira, Drª Graça Sales que explicasse ao executivo o conteúdo e qual a razão da apresentação do presente alteração.

A Chefe da Divisão Financeira explicou aos restantes eleitos o processo em análise, dizendo que o mesmo se refere às acções que irão ser alvo de reforços em Grandes Opções do Plano e as que, em consequência, terão que sofrer deduções em Plano Plurianual de Investimentos.

O Vereador Francisco Cardoso referiu-se a “Outros trabalhos realizados”, perguntando do que se trata.

A responsável pela Secção de Contabilidade, D<sup>a</sup> Graça Moura, informou que se trata de trabalhos realizados pela empresa “Águas do Norte Alentejano”, relativamente aos quais a Câmara não tem capacidade para levar a cabo.

A Vereadora Idalina Trindade perguntou qual a percentagem em dívida relativamente à Feira de Artesanato, tendo em conta os 245.000,00€ referidos, referindo que gostaria de saber onde esta verba foi gasta e os 101.000,00€ que transitam para 2010 são para pagar o quê. Manifestou interesse em saber qual o montante gasto em cada órgão de comunicação social do Distrito de Portalegre, esclarecendo que já percebeu tudo o que se tem, quer é saber quanto se gasta com cada um.

O Vereador Francisco Cardoso e relativamente às rubricas “Outros”, pensa que deverá haver documentação que as suporta e, a ser assim, acha que os eleitos deveriam ter conhecimento da mesma.

Os Vereadores Idalina Trindade, Francisco Cardoso e Fernanda Policarpo solicitaram explicações sobre diversas rubricas constantes da alteração em análise, relativamente às quais a Presidente da Câmara, a Chefe da Divisão Financeira e a responsável pela Secção de Contabilidade prestaram os esclarecimentos julgados necessários e importantes e pediram que lhes fosse disponibilizada uma listagem completa relativamente a verbas despendidas com publicidade, despesas de gás, prémios, condecorações e ofertas e a compromissos de ordem comercial entre a Câmara e estabelecimentos de restauração.

Nestes termos, após as intervenções anteriormente transcritas e ouvidas as explicações que foram dadas, a Presidente da Câmara submeteu a ratificação o seu Despacho datado de 16 de Dezembro de 2009, para cumprimento do disposto no nº 3 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, através do qual foi autorizada a realização da “21ª Alteração às Grandes Opções do Plano do Município de Nisa do Ano de 2009”, nos termos do disposto na alínea d) do nº 2 do artº 64º daquele diploma legal, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e que tem enquadramento técnico no Ponto 8.3.2.3 do POCAL, o qual foi ratificado por maioria, com os dois votos favoráveis da Presidente da Câmara e do Vereador da C.D.U. e três abstenções dos Vereadores do P.S. e do P.S.D. e que, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 83/09, datada do dia 14 de Dezembro de 2009, da Divisão Financeira/Secção de Contabilidade, cuja cópia bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa á presente Acta, é do valor de 16.887,00€, em Plano Plurianual de Investimentos, tanto em reforços como em deduções.

A Vereadora Fernanda Policarpo tinha referido que se abstinha e apresentou a seguinte declaração de voto:

*“Esta decisão prende-se, fundamentalmente, com o facto de nas alterações estar reflectida uma verba respeitante a salários. Contudo, não posso deixar de manifestar alguma contrariedade em relação a verbas com publicidade e prémios e condecorações, entre outras, bem como não posso deixar de referir o elevado número de alterações ao orçamento municipal e/ou às grandes opções do plano, que colocam em causa o rigor que deve ser colocado na elaboração destes documentos”.*

Os Vereadores Idalina Trindade e Francisco Cardoso apresentaram a declaração de voto a seguir transcrita:

*“A viabilização por nossa parte através da abstenção, do Despacho da Sra. Presidente que vem hoje a reunião do executivo para ratificar ou confirmar e que deveria ter vindo para analisar e deliberar, apenas se deve à necessidade de não inviabilizar situações de pagamentos ao pessoal, pois não será nunca por nossa causa que os funcionários desta Câmara deixarão de receber o seu vencimento.*

*Pese embora não nos considerarmos responsáveis em termos gestionários pela necessidade de fazer estas correcções, já vamos na 21ª alteração orçamental o que revela má gestão e péssimo planeamento por parte da presidente da Câmara que manda os serviços cabimentarem despesa sem ter verba nas respectivas rubricas orçamentais para as poder assumir.*

*É o caso da rubrica de "Despesas com Pessoal Transitado de Anterior Nomeação Definitiva" que teve um reforço de 11.007,00€; da rubrica designada "Outros", reforçada em 20.500,00€; da rubrica designada "Prémios, Condecorações e Ofertas", reforçada com mais 5.000,00€ em cima dos 43.963,00 já gastos pela Sra. Presidente durante o ano de 2009; o reforço da rubrica "Publicidade", com 6.000,00€ em cima dos 245.009,00 já gastos pela Sra. presidente durante o ano, da rubrica "Outros Trabalhos não Especializados" reforçada em 42.938,00€ em cima dos 374.748,00€ já gastos e novamente da rubrica designada de "Outro" que foi reforçada em 11.780,00€ em cima dos 203.447,00€ já gastos; o caso da rubrica designada novamente "Outro" com gastos já equivalentes a 1.273.260,00€ que foi reforçada em mais 345,00€ onde foi imputada a compra de nada mais nada menos do que 6 Plasmas para colocar na Nisartes, o Painel Electrónico da Praça da República e equipamento hidroterapêutico para a Ternisa.*

*As despesas correntes engordaram com esta alteração orçamental em 145.183,00€. Como não fomos responsáveis pela contracção destas despesas e por discordarmos dos devaneios despesistas da Sra. Presidente da Câmara, abtemo-nos porque no rol da despesa existem algumas que constituem compromissos de pagamentos ao pessoal que são direitos adquiridos dos trabalhadores do Município assim não inviabilizando que lhes seja pago o que lhes é devido."*

#### **Ponto Nº 7 – DF – Deliberação Nº 6/2010**

#### **21ª Alteração ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa do Ano de 2009 – Ratificação.**

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, a Chefe da Divisão Financeira prestou as informações julgadas necessárias para a sua compreensão e análise, sendo que, as intervenções proferidas pelos eleitos e transcritas no anterior Ponto 6, são válidas para este, uma vez que um reflecte o outro.

Nestes termos e ouvidas as explicações que foram dadas, a Presidente da Câmara submeteu a ratificação o seu Despacho datado de 16 de Dezembro de 2009, para cumprimento do disposto no nº 3 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, através do qual foi autorizada a realização da “21ª Alteração ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa do Ano de 2009”, nos termos do disposto na alínea d) do nº 2 do artº 64º daquele diploma legal, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e que tem enquadramento técnico no Ponto 8.3.1.5 do POCAL, o qual foi ratificado por maioria, com os dois votos favoráveis da Presidente da Câmara e do Vereador da C.D.U. e três abstenções dos Vereadores do P.S. e do P.S.D. e que, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 82/09, datada do dia 14 de Dezembro de 2009, da Divisão Financeira/Secção de Contabilidade, cuja cópia bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa á presente Acta, é do valor de 162.070,00€, assim distribuídos

- Despesa corrente: 145.183,00€, tanto em reforços, como em deduções;

- Despesa de capital: 16.997,00€, tanto em reforços, como em deduções.

Os Vereadores Fernanda Policarpo, Idalina Trindade e Francisco Cardoso, apresentaram as declarações de voto que ficaram transcritas no Ponto 7 da presente Acta, aquando da aprovação da alteração às G.O.P.'s.

**Ponto Nº 8 – DF – Deliberação Nº 7/2010**

**Enquadramento Paisagístico do Balneário Termal das Termas da Fadagosa de Nisa – Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro.**

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, tendo em conta as explicações disponibilizadas pelo chefe dos respectivos serviços, Engº António Charneco e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 237/09, datada do dia 27 de Novembro de 2009, da Divisão de Obras, Equipamentos e Manutenção, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, a Câmara Municipal de Nisa reunida aprova, por unanimidade e para cumprimento do disposto no artº 159º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro referente à obra de “Enquadramento Paisagístico do Balneário Termal das Termas da Fadagosa de Nisa”, apresentado pela Firma “Aquino Construções, S.A.”, na qualidade de adjudicatária dos trabalhos e por se ter verificado que os mesmos são exequíveis.

A Vereadora Idalina Trindade não participou na análise e aprovação deste assunto, uma vez que, por conveniências de serviço, o mesmo foi discutido logo no início da reunião e a mesma ainda não se tinha integrado nos trabalhos.

**Ponto Nº 9 – DDSC – Deliberação Nº 8/2010**

**Disponibilização de instalações pertencentes ao Município de Nisa – Ratificação.**

Sobre o assunto a que acima se faz referência, conforme solicitação apresentada na Câmara Municipal (carta refª nº 43/2009, de 03/12/2009), tendo em conta as informações prestadas pelos serviços competentes e nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 15/09, datada do dia 16 de Dezembro de 2009, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural/Gabinete de Apoio à Juventude, o Executivo reunido ratifica, por unanimidade e para cumprimento do disposto no nº 3 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o Despacho do Vereador do respectivo pelouro, datado de 21 de Dezembro de 2009, através do qual foi autorizada, com isenção de pagamento das taxas devidas e previstas na respectiva tabela, a disponibilização do Pavilhão Desportivo de Nisa ao Nisa Futsal Clube, no dia 20 de Dezembro de 2009, para a realização de um jogo de futsal do respectivo campeonato distrital na categoria de iniciados.

**Ponto Nº 10 – DDSC – Deliberação Nº 9/2010**

**Disponibilização de instalações pertencentes ao Município de Nisa.**

Sobre o assunto em apreço, o Vereador Francisco Cardoso referiu que não estava contra as ajudas que se dão às associações, mas acha que estas também deveriam fazer um esforço no sentido de angariarem receitas próprias, de modo a que não tenham que pedir tudo e poder fazer, quando solicitados, alguns pagamentos relativos a utilização de infra-estruturas.

A Vereadora Fernanda Policarpo disse que a sua maior preocupação não é tanto sobre as verbas que são disponibilizadas, mas o conteúdo e como é feita a aplicação das mesmas, nomeadamente o que se passa com a falta de pagamentos aos monitores de andebol, por parte da INIJOVEM, está-se a apoiar um projecto que depois pode acabar por falhar e desvirtuar uma imagem que esteve na base da atribuição das ditas verbas, referindo que isto não se passa só com as associações, mas também com as juntas de freguesia, que recebem dinheiro e que não sabe o que elas lhe fazem, achando esta situação preocupante, na medida em que há um protocolo de transferência de competências relativamente ao qual

se torna fundamental que se efectue uma fiscalização rigorosa, uma vez que se está a lidar com dinheiros públicos.

Sobre o assunto a que acima se faz referência, conforme solicitações apresentadas na Câmara Municipal, tendo em conta as informações prestadas pelos serviços competentes e nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 15/09 e 16/09, datadas do dia 16 de Dezembro de 2009, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural/Gabinete de Apoio à Juventude, o Executivo reunido aprova, por unanimidade, com isenção de pagamento das taxas devidas e previstas na respectiva tabela, a disponibilização do Pavilhão Desportivo de Nisa:

- À Associação Nisa Futsal Clube, nos dias 20 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 2010, para a realização de dois jogos de futsal do campeonato distrital de Castelo Branco, na categoria de iniciados;

- À Associação INIJOVEM, de Nisa, nos dias 10 de Janeiro, 20 e 20 de Fevereiro, 14 e 28 de Março e 3 de Abril de 2010, para a realização de jogos de andebol do campeonato distrital de Portalegre, na categoria de infantis.

**Ponto Nº 11 – DPU – Deliberação Nº 10/2010**

**Colocação de sinalização viária, junto ao campo de futebol e praça de touros, em Tolosa.**

Sobre o assunto a que acima se faz referência, conforme solicitação apresentada na Câmara Municipal (Ofício nº 149, de 11 de Novembro de 2009), tendo em conta as informações prestadas pelos serviços competentes e nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 106/09, datada do dia 11 de Dezembro de 2009, da Divisão de Projectos e Urbanismo/Sector de Redes e Sistemas, o Executivo reunido aprova, por unanimidade, a colocação, nos termos do disposto no Decreto-Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto, de dois sinais junto ao campo de futebol e praça de touros de Tolosa, um de informação de “Zona de estacionamento proibido” Mod. G2a com um painel adicional Mod. 19a com os dizeres “Só automóveis pesados” e outro direccional Mod. J3a com a inscrição “Parque auto.pesados” e que do teor da presente deliberação, seja dado conhecimento à Junta de Freguesia de Tolosa, na qualidade de requerente.

**Ponto Nº 12 – DPU – Deliberação Nº 11/2010**

**Colocação de espelho parabólico no arruamento das traseiras da Rua Prof. João Porto, em Nisa.**

Sobre o assunto a que acima se faz referência, conforme solicitação apresentada na Câmara Municipal (carta de moradores da Rua Prof. João Porto, sem referência e sem data), tendo em conta as informações prestadas pelos serviços competentes e nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 105/09, datada do dia 10 de Dezembro de 2009, da Divisão de Projectos e Urbanismo/Sector de Redes e Sistemas, o Executivo reunido aprova, por unanimidade, a colocação, nos termos do disposto no Decreto-Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro, de um espelho parabólico ao fundo do espaço que se situa em frente ao Restaurante “A Churrasqueira” e no enfiamento do prédio com o nº 22 de polícia, o qual se destina a facilitar a visibilidade dos automobilistas que entram ou saem do arruamento que fica nas traseiras das moradias da Rua Prof. João Porto, entre os nºs 2 e 22 de polícia e que serve de serventia às garagens dos ditos prédios.

Sobre o tema “sinalização”, a Vereadora Idalina Trindade acha que a mesma deveria ser alvo de uma acção global que vá ao encontro dos anseios das populações, pelo que deveria merecer um olhar atento, tanto da câmara como das juntas de freguesia, não esquecendo a toponímia, que em algumas artérias de Nisa e de outras localidades do concelho, é calamitosa e não serve quem habita nos locais.

A Presidente da Câmara informou a Vereadora Idalina e o restante executivo que já foram dados passos no sentido de se alterar a toponímia de diversos arruamentos de Nisa, foi criada uma comissão para o efeito que envolveu alguns munícipes e as juntas de freguesia, que apresentaram uma listagem de nomes para o efeito, os quais foram, posteriormente, aprovados em reunião de câmara, já se verificou a implementação de alguns e espera-se proceder de igual modo com os restantes, embora se “esbarre” com a oposição de muitos moradores que, com a operação, terão que gastar dinheiro em alterações dos seus documentos.

**Ponto Nº 13 – GAP – Deliberação Nº 12/2010**

**Contrato de Gestão com a “Ternisa, E.M.” – Fixação de valor de renda.**

Neste Ponto, verificou-se a presença do Conselho de Administração da “Ternisa, E.M.”, Dr. Jorge Rebeca e dos Drs. Rui Marques e Rafael André, responsáveis pelos trabalhos de alteração/actualização do Estudo de Viabilidade Económica da empresa, que prestaram as informações a seguir transcritas.

Presentes, também, o Director Clínico e o Técnico responsável pela manutenção do Complexo Termal da Fadagosa de Nisa, respectivamente, Dr. Carlos Vinagre e Engº Joaquim Bicho, que não usaram da palavra.

O Dr. Jorge Rebeca iniciou a sua intervenção, começando por agradecer ao Executivo o facto de lhe ter sido dada mais uma oportunidade de aqui poder estar, para prestar informações que se prendem com a gestão da “Ternisa” e o andamento do Complexo Termal da Fadagosa. Sobre o objecto deste Ponto da Ordem de Trabalhos, referiu que a fixação da renda tem estado condicionada devido a diversos factores, nomeadamente a actualização do estudo de viabilidade económica, uma vez que o existente já se encontrava muito desfasado. Referiu-se à “Ternisa” do passado como sendo uma empresa sazonal que se limitava a vender água termal, situação que hoje em dia se encontra ultrapassada, sendo que para o actual tipo de modelo funcional, muito contribui o investimento público, que se viria a mostrar de primordial importância e indispensável.

O Dr. Rui Marques, um dos responsáveis pela elaboração do novo Estudo de Viabilidade Económica da “Ternisa”, referiu que o anterior documento foi um meio de trabalho válido, até porque foi validado pelo Instituto de Turismo de Portugal e tem acompanhado o processo termal, embora com alguns reajustamentos, de modo a aproximar-se da actual realidade. Informou que agora foi tida em conta a integração de toda esta região no Geoparque NaturTejo e a possibilidade de as termas de Nisa poderem estar ligadas em rede com diversas estâncias termais nacionais, caso de Monfortinho, por exemplo e estrangeiras. Acha que tem que haver um trabalho mais aprofundado com a Região de Turismo do Alentejo, entidade que, até agora, não tem dado grande importância a esta realidade, contrariamente com o que tem feito a Região de Turismo do Centro.

O Dr. Rafael André, outro dos responsáveis pela elaboração do novo Estudo de Viabilidade Económica da “Ternisa”, disse que o estudo anterior cumpriu plenamente aquilo para que foi criado. Sobre o valor da renda a fixar, referiu que a proposta está de acordo com o conteúdo do estudo de viabilidade económica e com os dados no mesmo inscritos, sendo que o seu valor será de acordo com o disposto no artº 5º do Contrato de Gestão.

O Vereador Francisco Cardoso lembrou que esta é a segunda vez que os representantes da “Ternisa”, nomeadamente o Presidente do seu Conselho de Administração, estão presentes numa reunião do executivo e que pensava que hoje iria ser discutido o valor a fixar para a renda, só que, ao invés do seu pensamento, é confrontado com a presença de variados técnicos ligados à “Ternisa” e ao Complexo Termal, que apresentaram variados temas e assuntos para os quais não vinha preparado. Agradece a presença de todos eles, mas para se discutir um assunto desta importância, tem que ser

com tempo e com informação disponível, coisas que neste momento não tem, sendo que na última sessão da Assembleia Municipal de Nisa, veio a saber mais coisas que desconhecia, nomeadamente os processos que estão em tribunal e relativos a fornecimento de material para o complexo que, segundo parece, ainda está por licenciar.

A Vereadora Fernanda Policarpo disse que no dia 16 de Dezembro passado foi pedida diversa documentação sobre este assunto que ainda não foi disponibilizada aos vereadores.

A Presidente da Câmara informou a Vereadora Fernanda Policarpo que foi solicitada diversa documentação a todos os serviços que têm intervenção no mesmo e que o documento a que se refere está pronto e em condições para ser entregue a todos os eleitos.

A Vereadora Fernanda Policarpo agradece, mas acha que tudo isto deverá ser analisado numa reunião que poderá ser convocada expressamente para o fim em causa, mas só depois dos eleitos se encontrarem devidamente documentados e em condições de poderem discutir o assunto.

O Vereador Manuel Bichardo concorda que se convoque uma reunião para o fim em vista, mas pensa que os restantes vereadores, antes de virem para as reuniões de câmara, podem dirigir-se aos serviços camarários, a fim de poderem ficar a saber o que se passa, não só com este assunto mas com todos os outros.

A Vereadora Idalina Trindade e na sequência do que foi agora dito pelo Vereador Bichardo, disse que não concordava com o que havia sido dito, o qual e em seu entender, pensa que terá feito uma reflexão pessoal sobre o facto de, alegadamente, os vereadores não fazerem “o trabalho de casa”. Agradece a presença dos técnicos da “Ternisa”, chamados pela Presidente da Câmara, apesar de tal ter sucedido sem prévia informação aos vereadores, o que considera desrespeitoso, achando também, que a mesma não foi produtiva.

A Presidente da Câmara e face ao que foi dito pela Vereadora Idalina, referiu que não chamou cá ninguém, uma vez que a presença do Dr. Jorge Rebeca e dos restantes técnicos se deveu a uma iniciativa da “Ternisa”.

A Vereadora Idalina Trindade e relativamente a um documento de que fez entrega e que é para ficar transcrito em acta, com diversas solicitações, lembrou que as questões que no mesmo colocou eram dirigidas à Presidente da Câmara e não à “Ternisa”, lembrando os 10 dias que a Lei prevê para que se pronuncie, por escrito. Disse que a presença do Dr. Jorge Rebeca não pode ser quando a agenda do mesmo assim o determinar, mas deverá ser programada em consonância com o executivo, isto é, Presidente da Câmara e Vereadores. Dirigiu-se à Presidente da Câmara para dizer que a mesma deverá interiorizar a sua forma de agir, uma vez que não está em maioria, que agende uma reunião extraordinária para este assunto e só depois de ter respondido às perguntas que formulou por escrito, acerca da “Ternisa”.

O Vereador Francisco Cardoso disse que também não tinha gostado das palavras proferidas pelo Vereador Bichardo em relação a uma alegada falta de “trabalho de casa” por parte dos outros vereadores, solicitando-lhe que modere os seus modos.

O Vereador Manuel Bichardo e na sequência do que foi referido pelo Vereador Cardoso, disse que sempre foi uma pessoa respeitadora e que as suas palavras não foram, nem abusivas nem desrespeitadoras fosse para quem fosse, pois não quis ofender ninguém e se as interpretaram de outra forma, garante que não foi esta a sua intenção.

O Dr. Jorge Rebeca referiu que, quando se fala da “Ternisa”, há que ter o cuidado de não a confundir com o Município, pois trata-se de uma empresa independente. Informou que no dia 12 de Dezembro do ano passado, fez o envio à Câmara de um documento com respostas a diversas questões colocadas sobre a “Ternisa” e que entendeu que deveria dar,

referindo que o valor da renda a aplicar sobre a utilização do complexo termal decorre da aplicação do contrato de gestão e que a “Ternisa” presta a informação que entende que deverá prestar. Esclareceu, ainda, que a presença dos técnicos nesta reunião se deveu a si, por entender que a mesma deveria ser proveitosa.

A Vereadora Idalina Trindade e depois de ouvir a parte final da intervenção do Dr. Jorge Rebeca, onde o mesmo afirmou que a presença dos técnicos se tinha devido a iniciativa sua, disse que não percebe o que se está a passar nesta câmara, uma vez que quem deve fazer convocatórias para as reuniões, é a presidente da edilidade.

A Presidente da Câmara referiu que a Vereadora Idalina não pode fazer juízos de valor sobre seja quem for, retirando-lhe a palavra. Disse que a Vereadora Fernanda Policarpo havia feito uma proposta para a marcação de uma reunião extraordinária e que gostaria de saber o que pensam os restantes eleitos sobre o assunto.

A Vereadora Idalina Trindade disse que a Presidente da Câmara, às doze horas e quarenta e cinco minutos, lhe retirou o uso da palavra e perante a sua solicitação de lavar em acta um voto de protesto, nos termos da legislação aplicável, o mesmo lhe foi recusado, tendo a Presidente da Câmara remetido o assunto para o Período Antes da Ordem do Dia.

A Presidente da Câmara referiu que recusara, por se tratar de um assunto que não tem nada a ver com o que se está a discutir. Perguntou mais uma vez qual era o sentido de voto relativamente à proposta da Vereadora Fernanda Policarpo, tendo sido aprovado, por unanimidade, que se proceda à convocatória de uma reunião extraordinária da câmara.

O Vereador Francisco Cardoso lembrou que os anexos ao Contrato-Programa das Termas, não foram disponibilizados aos eleitos.

O Dr. Jorge Rebeca lembrou que nem toda a documentação relativa à “Ternisa” está na sua posse, pois são documentos da Câmara Municipal. Sobre as questões que foram levantadas na sessão da assembleia municipal, disse que não pode responder, uma vez que não lhe chegou nenhum pedido de informação, desejando que todas as questões que são levantadas não venham a por em causa o funcionamento do complexo termal e o bom nome da empresa.

A Vereadora Idalina Trindade disse que esperava que o Dr. Jorge Rebeca não estivesse a fazer juízos de valor e como acha que não devem existir dois pesos e duas medidas, perguntou a Presidente da Câmara porque não retirava agora a palavra ao Dr. Jorge, como o fez com a sua pessoa.

Após as intervenções antes transcritas, a Câmara Municipal de Nisa reunida aprova, por unanimidade, a retirada deste assunto da Ordem de Trabalhos da presente Reunião, para melhor apreciação do processo em causa, por parte da vereação, o qual deverá ser agendado para uma reunião extraordinária do executivo, a marcar depois dos eleitos se encontrarem devidamente documentados sobre o mesmo.

#### **Ponto Nº 14 – Intervenção de munícipes.**

Por se tratar de uma Reunião com o carácter de pública, este espaço destina-se, nos termos do disposto no nº 5 do Artº 84º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, à intervenção de munícipes que se encontrem na sala, sendo que não se verificou qualquer pedido de uso da palavra por parte dos presentes.

#### **Ponto Nº 15 – SAA – Deliberação Nº 13/2010**

##### **Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.**

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe os nºs 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, sendo que as mesmas puderam adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado Artº 92º.

## ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi encerrada pela sua Presidente, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram vinte e uma horas e quinze minutos do dia 12 de Janeiro de 2010.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por dezasseis folhas devidamente numeradas e rubricadas, a qual vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela Presidente da Câmara e desta mesma Reunião, Engª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e por mim, António Maria Curado Carrasco, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, responsável pela Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.



### MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Acta presente em Reunião .....,  
realizada no dia ...../...../..... e aprovada por  
....., conforme Deliberação Nº ...../.....  
- Favor: ..... votos | - Contra: ..... votos | - Abstenção: ..... votos